RAP
REVISTA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
FGV EBAPE

PEER REVIEW REPORTS

PEER REVIEW REPORT FOR:

Faraco, A. L. A., Jr. (2024). O espaço da politização na estrutura do Governo Federal brasileiro, 1999-2021. *Revista de Administração Pública*, *58*(4), e2023-0264. https://doi.org/10.1590/0034-761220230264

DISCLAIMER:

The content of the peer review report is the full copy of the reviewers' comments. Typing and punctuation errors are not edited.

REVIEWERS:

Eduardo José Grin (Fundação Getulio Vargas, São Paulo / SP – Brazil)

One of the reviewers did not authorize the disclosure of their identity.

ROUND 1

Reviewer 1 report

Reviewer 1 did not authorize the disclosure of their review report.

Reviewer 2 report

Date review returned: September 29, 2023

Comments to the authors:

O artigo aborda um tema essencial e atual na literatura sobre ciência política e administração pública que é a politização da burocracia pública. A pesquisa realizada nas bases de dados está muito bem organizada e sua apresentação gráfica está bastante didática. Sem dúvida, há contribuições relevantes do trabalho para adensar e atualizar o debate proposto.

Seguem os comentários ao trabalho:

Discussão sobre politização está incompleta, pois se considera as abordagens de Grindle e Peters, por exemplo, ela pode ser boa ou ruim. A simples nomeação pode dizer pouco para a discussão, de modo que redução ou aumento não qualifica muito o debate. Também não recordo de Grindle utilizar o conceito de clientelismo e sim de patronagem.

Por que a indicação de servidores efetivos reduz a discricionariedade? Veja-se o caso alemão em que indicados são da burocracia e alinhados partidariamente, e logo indicados de forma discricionária.

O artigo não gera evidências para responder a pergunta de pesquisa, pois mesmo mostrando que se reduziram os cargos em comissão em favor de funções de confiança seria preciso uma análise além da forma descritiva do artigo para responder a pergunta de pesquisa. Embasar o trabalho de referir uma redução significativa dos cargos de DAS desde 2015 não é suficiente para a identificação de um problema. Qual é mesmo o problema de pesquisa? Que fenômeno existe na administração pública federal que envolve a politização da burocracia?

Quanto ao desenho da pesquisa, o trabalho precisa explicar como foram coletados e compilados os dados, sobretudo se outros investigadores desejem replicar o trabalho. Não há nenhuma referência a esse tópico essencial em um artigo científico.

Por vezes, o artigo aborda a politização com um sinal negativo é normativa. Contudo, há literatura destacando que pode ser positiva (ver Grindle, 2012 e Panizza, Peters e Larraburu, 2022).

“No entanto, isso não implica ausência de supervisão da Presidência da República sobre as indicações dos níveis inferiores de DAS, seja diretamente ou por meio de delegação a órgãos vinculados a ela”. Qual a evidência dessa afirmação?

De forma geral, para além dos gráficos em si, o que eles dizem? Descrição e compilação de dados está muito boa, mas não é suficiente, pois é preciso entender o que representam.

Por exemplo: por que há variação de patronagem e politização em diferentes tipos de governos? Sem lidar com questões como essa, o leitor é apresentado a dados que não adquirem muito sentido explicativo. Ainda que essa explicação seja complexa ou difícil de ser respondida, é preciso oferecer pistas apoiadas na literatura.

Uma questão importante para qualificar a análise: o que explica essas variações em todas as modalidades de nomeação discricionária em diferentes governos? Isso seria uma forma analisar o fenômeno da politização de forma qualitativa e não apenas descritiva.

"Nesses sistemas, altos funcionários têm a capacidade de usar seu poder discricionário para preencher cargos a fim de atrair pessoal altamente qualificado para desenvolver políticas específicas ou inovadoras.....". Mas Grindle também destaca que patronagem pode ser negativa, o que aliás é o mais usual na sua abordagem. Creio que Grindle também argumenta que a redução da patronagem ocorre quando atores políticos veem menos chances de seguir no poder e reformam o estado para reduzir seu uso pelos seus adversários, o que não está incorporado na abordagem realizada da sua obra.

"A direção da estrutura administrativa permanente deve ser confiada a profissionais altamente qualificados, com formação específica e experiência comprovada, selecionados internamente segundo critérios técnicos e meritocráticos". Por quê? pode ser que essa seja uma forma de atender os lobbies das burocracias, tal como descreve Guy Peters, mas pode não coincidir com a melhor escolha técnica. Portanto, essa também pode ser uma posição normativa.

Sobre a afirmação: "Graef (2008, pp. 67 e ss.) destaca que uma expansão exagerada da estrutura de cargos políticos tende a gerar descontinuidade e ineficiência administrativa, ao mesmo tempo em que pode fomentar favorecimento de grupos de interesse e práticas corruptas". Burocracias podem igualmente criar seus canais com grupos de interesse, o que não o mesmo que dizer que isso representa lógicas corruptas.

Sobre a afirmação "profissionalização da administração é crucial para modernizá-la e aprimorar sua eficiência, eficácia e efetividade nas ações. Isso implica inevitavelmente na redução da quantidade de cargos de direção preenchidos por critérios de confiança

política.”. Sugiro aqui considerar a abordagem de Bárbára Geedes sobre o que chama de o dilema dos políticos e o uso político da burocracia. Usar recursos de patronagem no curto prazo ou projetar uma burocracia “weberiana” no longo prazo? Por outro lado, para assumir que a profissionalização ocorre por nomeações internas é necessário ter estoque de “bons burocratas” dentro dos governos, senão a politização pode ser uma saída positiva.

“Eles apontam para um espaço cada vez maior da técnica no processo de ocupação dos cargos”. Considerando essa frase, mesmo que essas indicações possam ser politizadas, seria recomendável que o autor esgotasse as possibilidades analíticas para fugir da dicotomia nem sempre verdadeira de burocracias técnicas nomeadas de forma “meritocrática” são superiores às indicações derivadas da politização. Sugiro incorporar o debate sobre política burocrática como reforço teórico para essa análise (ver A Política de Burocracia de Guy Peters e ….).

Se o foco é discutir o que está ocorrendo com as funções de livre provimento, mostrar mudanças de composição enf CCs e FGs é pouco sem algum direcionamento analítico que aponte para compreender os porquês dessa situação. Sugiro que o autor avance nessa direção.

A conclusão deve incorporar sugestões de novas agendas de pesquisa e os limites da investigação, pois assim se sinaliza informações importantes para investigadores que desejem seguir essa linha de estudos.

ROUND 2

Reviewer 1 report

Reviewer 1 did not authorize the disclosure of their review report.

Reviewer 2 report

Date review returned: December 16, 2023

Comments to the authors:

As/os autoras/es melhoraram de forma significativa a nova versão do artigo, o que o torna mais adequado para os fins propostos. No entanto, ainda há questões que merecem algum tratamento e/ou melhor enquadramento analítico para melhorar o trabalho.

1. Pergunta de pesquisa: Espaço fica genérico. Sugiro uma expressão que seja mais específica, tal como: espaço discricionário para indicações ou algo simular, mas seja mais específico, já que se trata da pergunta do artigo. No entanto, diante dos argumentos apresentados, me parece que a pergunta é outra e algo como: de que forma a politização na burocracia federal foi alterada entre 1999-2021?

2. Insisto que precisa deixar mais claro o argumento: politização não é necessariamente um problema que tem relação direta com uso da máquina pública, perda de qualidade das políticas etc., mesmo que ocupada por servidores de carreira. Entendo que a discricionariedade do presidente em nomear servidores para cargos de chefia caracteriza o fenômeno da politização. É isso que deve ficar claro no argumento. Esse tópico 4 parece contraditório com o item 1) escrito logo abaixo.

3. Na frase "Portanto, uma compreensão mais aprofundada do espaço da politização pode auxiliar na identificação de continuidades e descontinuidades dessas política". Não só na continuidade, mas também na performance das políticas públicas.

4. Item 3.2 Cargos de Natureza Especial: Entendo esse argumento, mas ele precisa ser mais bem fundamentado, já que se trata de um sistema de governo presidencial no qual o chefe do governo tem discricionariedade para nomear ministros e assessores mais próximos. Não creio que se possa utilizar esses cargos como exemplos empíricos do argumento. E essa é uma realidade de todos os sistemas de governo presidencial. Essa não é uma jabuticaba que só existe no Brasil. Ou então deveria ser apresentado um contrafactual: não tendo o presidente discrição para essas nomeações, como esse processo seria organizado? No mínimo, é preciso matizar o argumento, pois se esse processo pode ser considerado de politização ele é distinto dos demais que busca controlar a burocracia,

já no nível ministerial e da alta direção político trata-se de formar a alta cúpula política governamental, mesmo em governos de coalizão.

5. Conclusão: deixar claro quais são os limites da investigação.

PEER REVIEW REPORTS

PEER REVIEW REPORT FOR:

Rangel, S. B., & Rowe, D. E. O. (2024). Análise de perfis de vínculos organizacionais entre servidores públicos. *Revista de Administração Pública*, *58*(4), e2023-0405. https://doi.org/10.1590/0034-761220230405

DISCLAIMER:

The content of the peer review report is the full copy of the reviewers' comments. Typing and punctuation errors are not edited.

REVIEWERS:

Maurício Serva de Oliveira (Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis / SC – Brazil)
Luís Fernando Silva Andrade (Universidade Federal de Minas Gerais, Lavras / MG – Brazil)

ROUND 1

Reviewer 1 report

Date review returned: January 30, 2024

Comments to the authors:

De forma geral, o artigo está bem elaborado, apresenta um estrutura adequada à metodologia quantitativa escolhida e empreende uma análise razoavelmente segura dos dados com base na fundamentação teórica. Como complemento do texto, visando o seu aperfeiçoamento e, sobretudo, a coerência do trabalho, solicito ao autor explicitar claramente a devolutiva porventura feita à organização enfocada no estudo, no caso, à RFB, pois o autor declara várias vezes que: "como contribuição prática, o estudo fornece insumos para planejamento de ações de gestão de pessoas para gerenciamento dos vínculos organizacionais" (p.5); "Para a gestão de pessoas, este estudo possibilitou melhor compreensão da forma de vinculação psicológica entre trabalhador e organização, que pode elucidar comportamentos esperados de determinado perfil de vínculos

organizacionais" (p.21); além disso, o autor faz recomendações na conclusão do artigo, portanto julgo importante saber como as contribuições práticas declaradas pelo autor foram efetivamente dadas à organização que forneceu os dados para a pesquisa.

Reviewer 2 report

Date review returned: February 03, 2024

Comments to the authors:

O artigo apresenta contribuição relevante e original para a Administração Pública. O texto no geral é bem escrito, coeso e o objetivo proposto é alcançado nos resultados e discussões. A estrutura do texto é adequada, é necessário, no entanto, verificar a quantidade de palavras, uma vez que extrapolam o máximo aceito para artigos científicos (máximo de 8.000*).

É necessária também uma revisão do texto, já que há erros de concordância verbal, assim como é precisa verificar a pontuação do texto.

Outro elemento indispensável é falar mais sobre a organização a que pertencem os respondentes da pesquisa. Não há qualquer informação sobre a RFB, sua estrutura e diferentes cargos (a única informação sobre os cargos consta na tabela das variáveis demográficas, na página 18). É necessário contextualizar essa organização e também os servidores que nela atuam e as diferenças fundamentais entre servidores da RFB e demais servidores. Uma ótima fonte de dados é o Atlas do Estado Brasileiro, do IPEA**. Os salários dos servidores apresentam grande discrepância, o que pode inicialmente pode ser pensado como um elemento que interfere no comprometimento e nos vínculos das pessoas com a organização. Dessa forma, é essencial pontuar o que é a RFB e como ela difere do restante do executivo federal.

Penso que nas conclusões, algo que é citado no Atlas do Estado Brasileiro pode ser um indicativo interessante de pesquisas: a variável demográfica ‘raça’***, uma vez que

servidores públicos negros percebem menor remuneração e sua ascensão profissional é mais demorada, assim como representam menor número de cargos de chefia e de direção.

Diante do exposto, indico a aprovação do artigo com correções, especificamente: (1) verificação da quantidade de palavras; (2) revisão ortográfica; (3) contextualização da RFB diante do executivo federal. Como sugestão, indico (1) acrescentar a variável raça na agenda de pesquisa sobre CO e EO.

* Presente em https://periodicos.fgv.br/rap/enviodeartigos
** https://www.ipea.gov.br/atlasestado/
*** https://www.ipea.gov.br/atlasestado/filtros-series/41/Funcionalismo-publico-por-corraca

ROUND 2

Reviewer 1 report

Date review returned: March 21, 2024

Comments to the authors:

O autor acatou e atendeu bem as recomendações, julgo então que com relação ao que sugerimos, o artigo foi aperfeiçoado. Expresso minhas felicitações ao autor pela elaboração do trabalho.

Reviewer 2 report

Date review returned: April 22, 2024

Comments to the authors:

Após as revisões realizadas, considero que o texto está apto para a publicação na RAP e se apresenta como conteúdo original e relevante, devidamente contextualizado.

PEER REVIEW REPORTS

PEER REVIEW REPORT FOR:

Olivieri, C., & Almendra, L. (2024). Politização na Fazenda: os efeitos das crises políticas e econômicas na rotatividade dos DAS. *Revista de Administração Pública*, *58*(4), e2023-0207. https://doi.org/10.1590/0034-761220230207

DISCLAIMER:

The content of the peer review report is the full copy of the reviewers' comments. Typing and punctuation errors are not edited.

REVIEWERS:

Raphael Amorim Machado (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Brasília / DF – Brazil)

One of the reviewers did not authorize the disclosure of their identity.

ROUND 1

Reviewer 1 report

Date review returned: September 04, 2023

Comments to the authors:

Agradeço pela oportunidade de ler o artigo "Politização na Fazenda: os efeitos das crises políticas e econômicas na rotatividade dos DAS." Os autores realizam uma análise exploratória da rotatividade dos cargos de confiança de alto escalão no Ministério da Fazenda a partir da coleta e análise de 1.323 casos. O argumento central é de que, diferente daquilo apresentado na literatura, existe algo grau de rotatividade, mas que o mesmo se torna evidente entre os DAS e não necessariamente a partir da troca do ministro da pasta. Isto evidenciaria, segundo os autores, a politização do Ministério da Fazenda.

Existe mérito científico no texto, que pode nos ajudar a compreender melhor a distribuição de cargos de confiança no alto escalão, indo além do foco no chefe de cada

pasta. Além disso, contribui para um número crescente de estudos sobre "patronage appointments".

No entanto, estas contribuições acabam sendo restringidas pela falta de uma discussão teórica sobre o assunto. Isto enfraquece não só a possibilidade de se apontar claramente com quem o artigo dialoga, mas também a capacidade de análise dos dados levantados para o estudo.
É neste sentido que faço as sugestões a seguir, sendo 3 pontos maiores e 7 menores.

** Pontos maiores:

1. Teoria: O texto carece de uma seção teórica. Quais as hipóteses dos autores? Como estas hipóteses se relacionam com a literatura sobre o tema? Como se relacionam com achados anteriores? O que devemos esperar desta análise? Note que os autores apresentam literatura relevante ao longo do texto. No entanto, esta não é apresentada de forma sistematizada a fim de apresentar hipóteses de trabalho.

No formato atual, o artigo apresenta apenas uma análise exploratória. Isto, por si, não é um problema. De toda forma, restringe o potencial teórico do artigo e sua contribuição para a literatura. Além disso, os autores precisariam deixar claro que se trata de uma análise exploratória. Do contrário, em uma nova versão do texto, os autores precisam desenvolver sua teoria e apresentar as hipóteses de trabalho que serão testadas.

2. Dados: Os autores incluíram no banco de dados "apenas os nomes do último registro dos sites de cada ano, o que explica, por exemplo, a ausência do ex-ministro da Fazenda Joaquim Levy, que ficou menos de um ano no cargo." Este é um problema significante para o estudo. Se o objetivo é verificar a permanência dos nomeados, a exclusão de todos aqueles que ficaram por menos de um ano no cargo pode enviesar a amostra. Quantos foram excluídos? Qual viés foi introduzido (sistemático e não sistemático)? Existem pelo menos duas soluções possíveis. A primeira é apresentar uma justifica sólida demonstrando que esta decisão metodológica não influencia os resultados. A segunda é coletar os dados que não foram incluídos no estudo original, por ex., via Lei de Acessão à Informação.

O mesmo problema se aplica a este ponto: “Outra restrição é que tivemos acesso a informações de 84,33% dos ocupantes.” Aliás, este parágrafo não está claro. Quando os autores escrevem, por ex., “DAS-4, com 8,44%”, isto significa que 8,44% não foram encontrados ou que foram encontrados?

3. Explicações: Os autores parecem atribuir às mudanças dos DAS a explicação de que as mesmas representam a politização do Ministério da Fazenda. O argumento, se bem entendi, é que em um ambiente alheio à política (o contrafactual), estas mudanças não seriam realizadas. Isto carece de uma argumentação teórica mais aprofundada. Por ex., se há mudança em tempos de Crise do Apagão (ver p. 11), como provar que as mesmas foram motivadas pela tentativa do presidente de controlar o ministério (ou obter governabilidade) e não, por ex., uma troca da equipe para que a mesma esteja apta a lidar com o problema em voga? Ou, de maneira diferente, uma resposta natural que não reforça o poder do presidente sobre o ministério ou sua governabilidade, mas responde à um clamor da opinião pública por renovação dos quadros em tempos de crise? Mais uma vez, isto recai pela falta de uma seção teórica dedicada a formular hipóteses e explicar, de antemão, os mecanismos esperados. O mesmo comentário se aplica às análises feitas nas subseções posteriores.

** Pontos menores:

4. Resumo: Ao invés de afirmar que “o referencial teórico é composto por estudos sobre...”, os autores devem apresentar, por ex., quais teorias motivam as hipóteses ou quais as hipóteses de trabalho.

5. Introdução: Os autores afirmam que “como não é possível assumir a total despolitização da burocracia (Weber, 1993) entendemos aqui que a politização da burocracia não é incompatível com o funcionamento ‘weberiano’ de burocracia.” O argumento é problemático principalmente se apresentado sem embasamento teórico (que não poderia ter sido discutido até então por se tratar do início do texto). Ver, por ex., The Politics of Bureaucracy (B. Guy Peters). Sugiro antecipar a apresentação da pergunta de pesquisa já para o primeiro ou segundo parágrafo do texto e, aí sim, apresentar os

elementos teóricos que se relacionam com esta (lembrando que os mesmos devem ser feitos com o cuidado de afirmar qual porção vem da literatura e qual é encontrado de maneira original pelos autores). Note que na versão atual a pergunta de pesquisa apenas aparece ao fim da segunda página.

6. Falta de referências: Existem afirmações que carecem de referências. Por ex., na p. 5, os autores afirmam que "a literatura sobre politização da burocracia tende a..." e "A despeito da proteção institucional do Ministério da Fazenda, já apontada pela literatura há décadas, ...". Ainda que estas referências apareçam em outras partes do texto, a escrita sugere a inclusão das referências uma vez mais.

7. Delimitação dos dados: Os autores afirmam que "O período entre 1996 e 2020 foi escolhido por conta da disponibilidade dos dados e dos limites impostos pela pandemia de Covid-19" (p. 5). Quais são estas limitações?

8. DAS: Os autores afirmam que "Os cargos de Direção e Assessoramento Superior (DAS) são cargos de livre nomeação, o que significa que podem ser ocupados por pessoas de dentro e de fora do serviço público" (p. 4-5). Peço aos autores para revisar os textos legais e a literatura que abordam este assunto. Por ex., a lei 5.497/2005 que garante uma quota de 50% para servidores de carreira entre os DAS-4. Outras reformas incluem as Leis 13.346/2016 e o Decreto 9.021/2017. Ver, por ex., "Patronage Appointments in Brazil, 2011-2019" (Praça et al., in: The Politics of Patronage Appointments in Latin American Central Administrations).

9. Extrapolações: Em diversos momentos, os autores fazem afirmativas que não podem ser amparadas pelos dados. Por ex., "... o Ministério da Fazenda não seria menos politizado que os demais ministérios" (p. 6). Os autores não possuem dados dos demais ministérios para testar esta proposição.

10. Outros trabalhos: Recomendo verificar os trabalhos escritos recentemente por Panizza, Peters e Larraburu, por ex., "Roles, trust and skills: A typology of patronage appointments". Este grupo de autores tem apresentado contribuições relevantes para o campo de pesquisa dos autores e pode auxiliar no desenvolvimento teórico do artigo.

Reviewer 2 report

Date review returned: September 04, 2023

Comments to the authors:

Os vínculos entre as crises econômicas e a rotatividade de cargos DAS 4 e 5 no MF não parecem ter a causalidade pretendida pelo autor. Entendendo que correlação não é causalidade, a pesquisa poderia utilizar os dados que já possui para rodar um modelo de regressão para cada secretaria no interior do MF, estabelecendo variáveis binárias para anos com incidência de crises e/ou troca de Ministros.

As mudanças administrativas no interior do MF são tocadas apenas marginalmente, dificultando a compreensão sobre o seu impacto na taxa de rotatividade dos cargos analisados.

Os períodos de crise política-institucional, caracterizados no texto sob os governos Dilma II e Temer, mereceriam uma análise mais detida, inclusive sobre o ângulo da composição desses cargos, quem, qual perfil do ocupante, a fim de dar alguma ossatura aos diversos gráficos presentes no texto.

Por fim, falta um argumento mais robusto sobre como os cargos de DAS 4 e 5 servem de "blindagem" para o Ministro da Fazenda no desempenho de suas funções.

O texto apresenta dados interessantes, mas faltam detalhes de como os dados foram normalizados, como foram extraídas as métricas dos períodos. Uma análise de correlação dos dados daria mais robustez ao argumento de proteção do ministro da fazenda por meio da taxa de rotatividade dos DAS. A mera apresentação das estatísticas descritivas não permite inferir o argumento apresentado no artigo.

ROUND 2

Reviewer 1 report

Date review returned: January 09, 2024

Comments to the authors:

O artigo tem mérito e relevância principalmente pela apresentação de dados novos e por seus achados no tocante a sensibilidade das nomeações de DAS 4 e 5 diante de crises. A revisão feita pelos autores melhorou o estudo consideravelmente. Por tais motivos, parabenizo as (aos) autoras (autores).

No entanto, existe a necessidade de alguns ajustes adicionais. Eles se referem aos pontos 1, 2 e 3 do meu primeiro parecer.

1) Referente ao meu primeiro ponto (Teoria), a nova versão trás, de maneira resumida, uma tentativa de indicar hipóteses/expectativas já na introdução e um aprofundamento da seção teórica a partir da revisão de literatura.

Hipóteses derivam da literatura e, por tal motivo, devem constar na seção teórica e não na introdução. Isto é, a literatura serve o papel de explicar as expectativas teóricas (hipóteses) e não apenas demonstrar o estado da arte.

Note que não estou sugerindo expandir o texto, mas reorganizá-lo. Indicar na seção teórica como cada bloco de literatura justifica cada uma das hipóteses (preferencialmente numeradas). Depois, ao longo da seção empírica, mostrar como cada teste serve para testar cada uma das hipóteses. Por fim, mostrar na conclusão como os resultados atualizam a literatura (com base em cada uma das hipóteses).

Mais uma vez, existe avanço em relação a versão anterior do texto, mas ele ainda pode ser mais bem organizado.

2) Meu segundo ponto se relaciona a limitação dos dados. Entendo perfeitamente a dificuldade em se obter mais dados. Em verdade, todo trabalho empírico é incompleto

dado a impossibilidade de se obter dados perfeitos. No entanto, é importante ser claro sobre estas imperfeições e como elas impactam os resultados.

Em uma versão revisada do texto, cabe a inclusão de ao menos um parágrafo discutindo como as escolhas realizadas para a coleta de dados (e suas consequentes limitações) podem enviesar os resultados. Isto pode ser apresentado na conclusão, em conjunto com sugestões para trabalhos futuros.

3) Por fim, meu terceiro ponto (Explicações) se dá pelo equacionamento de politização e rotatividade. Como as (os) autoras (autores) argumentam na resposta aos pareceristas, “Somente uma análise profunda de cada desses períodos (...) explicaria isso.” Concordo totalmente. No entanto, este mesmo argumento também põe em xeque a tese da politização. Não é possível saber se realmente foi politização que aconteceu. O que se sabe, de fato, é que há rotatividade.

Principalmente na nova versão do texto, os autores têm argumentos teóricos suficientes para apontar para a tese da politização. De toda forma, é importante reconhecer ao menos na conclusão que a análise de dados não descarta as explicações concorrentes (por ex., de uma busca por profissionais que estejam mais familiarizados com o contexto de crise).

Reviewer 2 report

Date review returned: February 02, 2024

Comments to the authors:

O texto melhorou bastante em relação à versão anterior, no entanto, alguns detalhes podem ser revistos para a publicação.

P. 6, L. 16 - "Analisando a circulação das elites burocráticas em função da alternância dos partidos no poder, Lopez e Moreira (2022) afirmam que a permanência é menor em função do tempo de permanência dos ministros".
Permanência em relação a quem? O sujeito está oculto.

P. 8, L. 27 - Ajustar referência a Singer (2018).

P. 8, L. 35-55 - Poderia pensar uma estrutura mais elegante e uniforme para apresentar esses anos próximos uns dos outros. "Explicar" 2013 em três linhas é muita ousadia.

P. 10, L. 28-34 - Por que não formalizar matematicamente o indicador?

P. 12, L.4 - O gráfico 1 e os demais gráficos do mesmo tipo poderiam trazer a representação da mudança de ministro, daí o argumento ficaria bem interessante na forma gráfica.

P. 17, L. 7-12 - O artigo da Lameirão (cap 5 do livro do Félix Lopez sobre cargos no presidencialismo de coalizão já citado neste trabalho) apresenta uma boa descrição desse período. "Os níveis de controle da presidência sobre a coordenação política governamental e a coalizão partidária (1995-2010)".

P. 17, L. 13 - Despetização - O que seria isso? Como falar esse termo se já havia passado o período Temer?

P. 23, L. 45- Poderia ser tentada alguma espécie de síntese comparativa entre a rotatividade de DAS nas diversas secretarias do MF, levantar algumas hipóteses desse comportamento diferente entre elas. Isso feito de maneira condensada seria muito interessante para sistematizar o debate e os dados apresentados no texto.

PEER REVIEW REPORTS

PEER REVIEW REPORT FOR:

Pinto, A. V. da C. F., Monteiro, D. A. A., & Reis, P. R. da C. (2024). Explorando a toca do leão: dimensões da estrutura de compras e sua associação com o desempenho da função na Receita Federal do Brasil. *Revista de Administração Pública*, *58*(4), e2024-0028. https://doi.org/10.1590/0034-761220240028

DISCLAIMER:

The content of the peer review report is the full copy of the reviewers' comments. Typing and punctuation errors are not edited.

REVIEWERS:

Francesco Bonelli (Universidade Federal da Bahia, Salvador / BA – Brazil)

Caio César de Medeiros Costa (Universidade de Brasília, Brasília / DF – Brazil)

ROUND 1

Reviewer 1 report

Date review returned: March 25, 2024

Comments to the authors:

O artigo propõe-se estudar um tema atual e relevante no campo da Administração Pública e na sua interseção com os estudos de Estratégia em Organizações. O objetivo do trabalho está bem delimitado; a teoria e as hipóteses estão expostas de forma clara e concisa.

Com o intuito de contribuir para o aprimoramento do trabalho, seguem algumas sugestões.

No tocante à metodologia, recomenda-se justificar a escolha de limitar o corte temporal da pesquisa apenas ao biênio 2018-2019. Por que não foram coletados dados referentes a um intervalo de tempo mais longo e, especialmente, a anos mais recentes?

Com relação à organização da administração pública federal selecionada (a Receita Federal do Brasil), sugere-se descrever os motivos que levaram a essa escolha. Por que foi selecionado esse órgão da administração pública e não outro? Quais os critérios adotados?

No que diz respeito à seção sobre resultados e discussão, sugere-se apresentar com mais profundidade os achados e destacar melhor a relevância dos resultados alcançados para o avanço dos conhecimentos na agenda de pesquisa sobre o tema. A esses aspectos deveria ser dado maior destaque também na parte das conclusões.

Finalmente, recomenda-se a revisão do texto do ponto de vista da ortografia e da conformidade com as normas da ABNT. Vale ressaltar, ainda, a importância de acrescentar o DOI para cada um dos artigos contemplados nas referências.

Observação: no arquivo anexo, comentários específicos foram inseridos ao longo do texto.

Reviewer 2 report

Date review returned: April 03, 2024

Comments to the authors:

O trabalho versa sobre uma temática interessante e atual. Algumas correções são necessárias para que o mesmo possa efetivamente ser publicado e ampliar o seu alcance. Sugiro que o título seja mais atraente especificando exatamente o que se pretende analisar, especificando a relação buscada, convidando o leitor a se debruçar sobre o trabalho.

É fundamental ainda estabelecer que se trata de determinadas dimensões da estrutura organizacional e não da estrutura organizacional como um todo, como em alguns momentos o texto parece apontar, por exemplo no resumo.

Fundamental ainda uma revisão textual em termos de coerência e coesão, frases longas sem um devido conectivo torna a leitura cansativa. Tem alguns erros de ortografia presente, exemplo, “multidicional” na página 3.

Além disso, na introdução é importante uma revisão que a torne mais objetiva condizente com o que se propõe o texto. Não vejo sentido, por exemplo, a menção as reformas administrativas no final da primeira página. Outra questão, é que a afirmação de que a primeira reforma administrativa do setor público brasileiro ocorre em 1930 pode ser contestada, com uma simples referência as reformas pombalinas que ocorreram no século XVIII. Isso obviamente a depender do conceito de reformas administrativas utilizado. Como não acrescente nada a construção do argumento sugiro retirar. Se decidir por manter sugiro uma menção a comissão central de compras criada na década de 1930. Como referência destaco a leitura do artigo escrito por Rocha (1938) e publicado na revista do serviço público, disponível no link: https://repositorio.enap.gov.br/jspui/bitstream/1/3505/1/1938%20RSP%20v4%20n2%20nov%20p.%2071-%2077.pdf

A problematização não fica evidenciada na introdução, dispende-se muito espaço para citar alguns poucos trabalhos que versam sobre o tema, porém não estabelece de fato um problema de pesquisa relacionando a estrutura e as dimensões em análise ao desempenho. Sugiro focar mais nisso antes do objetivo e posteriormente analisar os demais trabalhos publicados apontando especificamente qual a contribuição aportada. Pense na contribuição teórica, um artigo que se pretende ser publicado na principal revista de administração pública do país não pode trazer como justificativa somente a necessidade de se ampliar as evidências empíricas. Apesar das contribuições serem destacadas na parte final da introdução, é preciso demonstrar a relevância do trabalho submetido, uma boa opção seria sumarizar a demanda da literatura internacional e nacional apresentada. Aqui cabe analisar a relevância de citar a literatura internacional na primeira frase do último parágrafo da introdução, já que somente trabalhos brasileiros são apresentados para confirmar o argumento. Se alguns dos trabalhos apresentam essa lacuna na literatura internacional é melhor evidenciar isso do que dizer que corrobora. A frase está de difícil compreensão, corrobora que existe a lacuna ou os achados vão em linha, apesar de trazer questões distintas?

Destacar quais contribuições a análise do recorte temporal e do caso estudado podem trazer para a literatura é fundamental.

O trabalho tem uma excelente revisão de literatura, em especial, quando trata do debate sobre o desempenho.

Acerca do tópico 2.2.1 existem diferentes níveis de centralização, o que pode interferir na construção do modelo teórico e empírico. Sugiro a leitura do capítulo 3 do livro: DIMITRI, Nicola; PIGA, Gustavo; SPAGNOLO, Giancarlo (Ed.). Handbook of procurement. Cambridge University Press, 2006.

Queria entender por exemplo o seguinte argumento acerca no que se refere ao SRP: "caracterizam a estrutura de compras e contratações centralizadas como a delegação de responsabilidade a um único órgão, departamento ou unidade central para licitar os itens e serviços que atenderão às demandas de diversos requisitantes, desde diferentes unidades até diferentes organizações." Sendo a receita o órgão gestor da ata, ela se beneficiaria da centralização em que termos? No poder de barganha? Se sim, seria importante citar evidências empíricas nacionais, já que as referências que tratam da questão não versam sobre esse tipo de compra compartilhada. Existem discussões feitas por compradores de que a existência de participes e a possibilidade do carona podem ampliar o custo, dado que aumenta a incerteza e o risco do fornecedor. Além disso, os ganhos não são lineares a medida que aumenta o número de órgãos compartilhando de uma compra, no caso, uma ata. Referente a tal questão sugiro a leitura da seção 4.3 da seguinte referência: COSTA, Caio César de Medeiros; TERRA, Antônio Carlos Paim. Compras públicas: para além da economicidade. 2019. Cabe uma explicação do que venha a ser unidade central, unidade regional, etc. São UASGS diferentes? As compras realizadas pela unidade regional atendem a demandas de diferentes superintendências ou delegacias? Ou pode ser usada para atender as demandas da unidade regional? Se sim e a variável agregação responde a questão, não entendo fazer sentido o uso da outra variável. Se os autores(as) entenderem fazer sentido justifique melhor a utilização.

Sugiro ainda que as hipóteses sejam construídas de uma forma mais entendível, compartilhar uma compra significa centralizar a estrutura? Pode ser um problema de entendimento da minha parte, mas da forma como destacada dá mais a ideia de uma decisão de gestão da contratação do que da própria estrutura.

Seria importante aqui personalizar o referencial destacando por exemplo, como isso se materializa na RFB.

As mesmas dúvidas destacadas acerca da centralização surgem referente a formalização, o que se propõe analisar. Se a diferença for no rito como parece ser sugiro a leitura de ASSUMPCAO, Andre. Estimating the effect of discretionary spending on corruption: evidence from Brazilian municipalities. Available at SSRN 2675142, 2012 e DECAROLIS, Francesco et al. Rules, discretion, and corruption in procurement: Evidence from italian government contracting. National Bureau of Economic Research, 2020. É importante destacar para o leitor o que se refere a ter um grau maior de formalismo na prática. Não considero o rito a melhor forma de medir formalismo como se destaca na seção de metodologia, penso que analisa mais uma pretensa discricionariedade.

Ainda sobre a questão, como lidar com um viés de seleção acerca das características, os ritos são relacionados a questões que impactam diretamente o desempenho, como por exemplo, o valor da compra e o objeto da contratação. Se não é possível lidar com o viés é importante destacar como ele pode influenciar nos resultados, de modo a alertar o leitor de possíveis problemas de robustez.

Qual a justificativa para os anos de 2018 e 2019?

Sobre a metodologia tenho dúvidas se a amostragem simples é a melhor opção e o que se pretende com ela. Por exemplo, 4% de compras realizadas pela unidade central é por volta de 14 processos de compras, isso é representativo? Essa amostra desbalanceada e com tão poucas observações para algumas variáveis pode viesar o resultado. É importante lidar com isso. Como o trabalho já está pronto seria interessante pelo menos uma menção ao problema.

Acerca das variáveis de desempenho seria interessante justificar teoricamente o porquê de o número de competidores ser uma medida de desempenho.

Algumas dúvidas sobre os dados, como foi medido o atraso na entrega? A média negativa significa que foi entregue antes de qual data? Teve uma compra entregue mais de um ano antes?

Sobre o prazo, se o rito define prazos distintos, não faz sentido relacionar as duas variáveis. Sugiro a retirada.

Os resultados estão bastante confusos, por exemplo: “Do montante de R$16,5 milhões dispendido nas 360 contratações que compõem a amostra, 79% foi contratado por meio de licitação” , porém anteriormente, é trazido a seguinte informação: “Em seguida, têm-se as contratações diretas do tipo dispensas de licitação por valor, que assume valor igual a dois (2) e representam 71,39% da amostra”. Fica entendido que somente foi analisado a modalidade pregão que corresponde a 13,89% do total da amostra. “Por fim, o rito mais formalizado consiste nas contratações por meio da modalidade pregão, na forma eletrônica, que assume valor igual a quatro (4) e corresponde a 13,89%”. O que de fato está certo aqui?

Sobre a especialização da equipe, somente terá valor igual a 1 quando todos os membros da equipe tiverem dedicação exclusiva? E equipe se refere aos servidores envolvidos diretamente na contratação ou do setor de contratações? Aqui também seria importante uma discussão teórica. A variável experiencia seria mais interessante uma variável de contagem do número de contratações anteriormente executadas, todavia creio não ser possível devido a questão da base de dados.

Nas variáveis de controle sugiro a inserção de efeitos fixos para o item contratado e também uma variável que identifica o mês do processo.

Todas as variáveis precisar ser melhor explicadas, difícil entender como foram mensuradas a maior parte das mesmas.

“Esses resultados eram esperados, pois suprimentos de fundo (nossa variável de linha de base) e inexigibilidade são ritos de contratação não-competitivas, nas quais a competição não é possível.” Qual a lógica de inserir o teste? Melhor excluir. Seria interessante focar

nos resultados contraintuitivos e principalmente expandir as discussões teóricas do trabalho. Demanda-se muito apresentando os resultados, porém, quase nada discutindo.

As considerações finais focam em repetir os resultados encontrados, importante aqui trazer uma visão das contribuições dadas e como elas foram aportadas. Como isso faz com que a literatura avança? “Quanto às limitações observadas neste estudo, destaca-se o fato de que a utilização de métodos quantitativos para análise de fenômenos complexos pode limitar as conclusões possíveis” Por que isso se caracterizaria como uma limitação? Nesse comentário apontei várias limitações, sugiro ampliar e ainda acrescentar um parágrafo que destaque contribuições para a prática.

ROUND 2

Reviewer 2 report

Date review returned: May 11, 2024

Comments to the authors:

O trabalho mostra avanço, parabéns pelo esforço de melhoria e explicação das questões trazidas. Parabenizo pela transparência na indicação dos vieses e também na explicação do leitor acerca do impacto tos resultados encontrados.

PEER REVIEW REPORTS

PEER REVIEW REPORT FOR:

Gomes, G. S. L., & Balaniuk, R. (2024). Identificando evasão fiscal em empresas de fachada e em créditos ilegais de ICMS. *Revista de Administração Pública*, *58*(4), e2023-0303. https://doi.org/10.1590/0034-761220230303

DISCLAIMER:

The content of the peer review report is the full copy of the reviewers' comments. Typing and punctuation errors are not edited.

REVIEWERS:

João Paulo de Oliveira Louzano (Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Teófilo Otoni / MG – Brazil)

Ana Carolina Giuberti (Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória / ES – Brazil)

ROUND 1

Reviewer 1 report

Date review returned: January 22, 2024

Comments to the authors:

O artigo aborda tema pertinente a área de administração pública ao analisar a problemática da sonegação fiscal e destacar a importância de melhorar a eficiência da administração tributária, especialmente em um contexto de crescente demanda por melhorias nos serviços públicos e infraestrutura. No entanto, algumas sugestões de melhoria podem ser consideradas para aprimorar ainda mais a qualidade do texto:

Na introdução, antes de abordar diretamente a problemática da sonegação fiscal, seria benéfico incluir uma breve contextualização mais ampla sobre o cenário econômico e

político que envolve as demandas da sociedade por melhores serviços e infraestrutura. Isso ajudaria a situar melhor o leitor no contexto em que se insere o problema abordado.

Definição mais clara do problema: Embora o texto forneça uma visão geral do problema da sonegação fiscal, seria útil fornecer uma definição mais precisa e específica do problema, especialmente no que diz respeito às "empresas noteiras" e às "notas frias". Isso ajudaria a estabelecer uma base sólida para o restante do artigo.

Coerência e coesão: Certifique-se de que a transição entre as diferentes partes da introdução seja suave e que haja uma progressão lógica de ideias. Por exemplo, após apresentar a importância de combater a sonegação fiscal, a introdução poderia fornecer uma transição mais clara para a evolução do uso da Ciência de Dados nesse contexto.

Explicação mais detalhada sobre o uso de Ciência de Dados: Após mencionar o papel da Ciência de Dados na fiscalização tributária, seria útil oferecer uma breve explicação mais detalhada sobre como exatamente as técnicas e algoritmos de Aprendizado de Máquina estão sendo aplicados e como isso contribui para a eficácia do processo.

Inclusão de objetivos da pesquisa: Seria benéfico incluir, ao final da introdução, uma declaração clara dos objetivos da pesquisa, para que o leitor tenha uma compreensão clara do que será abordado no restante do artigo.

O referencial teórico é o ponto que o trabalho precisa mais avançar, principalmente na forma como é apresentado, o autor dispendeu pouco esforço e espaço em relação as demais seções, o autor apenas realiza uma breve revisão sobre o Sistema Público de Escrituração Digital. É no mínimo esperado que seja mostrado o que a literatura mostra sobre esse tema, conectar suas ideias com outras literaturas e avaliar a literatura sobre o tema se colocando no campo, apoiando-se ou criticando a literatura mencionada.

No início da seção o texto sobre apresentação do Sistema Público de Escrituração Digital poderia ser transformado em um quadro, ficaria esteticamente melhor.

Com relação às questões metodológicas, é preciso um maior Detalhamento das Etapas: Embora a seção mencione as etapas da pesquisa, algumas delas poderiam ser mais detalhadas. Por exemplo, a implementação do processo automatizado de carga e transformação dos atributos brutos merece uma explicação mais aprofundada, incluindo as ferramentas específicas utilizadas e os critérios de seleção de variáveis. Isso proporcionará aos leitores uma compreensão mais clara da abordagem metodológica.

Justificativa para Escolha de Variáveis: A seção aborda a escolha das variáveis estatisticamente relevantes, mas seria benéfico incluir uma justificativa para a seleção dessas variáveis. Explique por que essas variáveis foram consideradas importantes para a identificação de fraudes fiscais.

Ao discutir a experimentação com modelos preditivos, forneça detalhes sobre os tipos específicos de modelos de aprendizado de máquina utilizados, as métricas de avaliação de desempenho empregadas e os resultados obtidos. Isso ajudará a validar a robustez dos modelos e fornecerá insights sobre sua eficácia.

Contextualização do CRISP-DM: Embora seja mencionado que o processo seguiu o CRISP-DM, seria útil fornecer uma breve contextualização sobre essa metodologia para garantir que os leitores menos familiarizados compreendam o framework utilizado. Explique brevemente as etapas e como o CRISP-DM se aplica ao contexto específico do estudo.

Nos resultados na seção “4.2 Entendimento dos dados” poderia agrupar algum dos resultados que estão em figuras em tabelas ou mesmo no próprio texto corrido. Na seção Definição dos atributos (features) um quadro ou esquema também poderia ser uma melhor opção.

O ponto forte do artigo é a relevância da temática de pesquisa, o cuidado metodológico e a possibilidade de contribuição pratica. O trabalho tem uma estrutura lógica válida, e apresenta boa contextualização do tema. Ao todo, o artigo é coerente e consistente com o que se propõe. O ponto fraco é a ausência de um referencial teórico que apresente como se dá a relação entre as duas variáveis de interesse.

Essas são sugestões para enriquecer a proposta do artigo, de modo a tornar sua análise mais substantiva.

Reviewer 2 report

Date review returned: February 16, 2024

Comments to the authors:

PARECER

O artigo constrói um modelo de previsão para detecção de fraudes relacionadas ao ICMS, em particular a prática de emissão de notas frias, a partir do estudo de caso do DF no período de janeiro de 2014 a junho de 2023. A metodologia utilizada é a de aprendizagem de máquinas aliada ao método CRISP-DM para análise de dados e construção do modelo. O tema é relevante e a discussão atual. E um dos pontos fortes do artigo está no uso de entrevistas para definir as informações relevantes para o modelo. Porém, algumas questões devem ser observadas e sanadas pelo(s) autor(es) antes de uma possível publicação.

Comentários:

1. Introdução: O(s) autor(es) precisam incluir na introdução uma definição clara do objetivo do artigo, qual a metodologia utilizada, qual a amostra dos dados e o período a que se referem. Também é importante destacar na introdução o diferencial do estudo em relação à literatura citada e a contribuição do artigo para o tema. Sugere-se também acrescentar ao final dessa seção um parágrafo descrevendo as seções do artigo.

2. Referencial teórico: o conteúdo dessa seção apresentada pelo(s) autor(es) corresponde a uma descrição dos seus dados (Notas fiscais) e não a uma discussão da literatura que embasa a construção do modelo. Por outro lado, o(s) autor(es) não apresenta(m) uma discussão da literatura no tema, apenas citam alguns artigos na introdução sem fazer uma

discussão. Essa discussão é importante para mostrar o leitor qual é o estado da arte no tema e qual a contribuição do estudo para a literatura. Deve-se discutir em quais situações a metodologia de aprendizado de máquinas foi utilizada para detecção de fraudes, incluindo país/estado, tipo de imposto e quais os resultados. Isto pode ser feito de forma resumida na introdução, descrevendo brevemente os artigos já citados por lá, ou de forma mais detalhada em uma seção de revisão da literatura. De qualquer modo, a contribuição do artigo deve constar na introdução.

3. Método: a seção método descreve as etapas da pesquisa e estabelece o método CRISP-DM para análise de dados e construção do modelo. No entanto, não há no artigo uma discussão dos modelos de aprendizagem de máquinas utilizado. Há apenas uma lista dos modelos utilizados na tabela 2, sem qualquer discussão sobre eles. Na página 23, o(s) autor(es) afirmam(m) "Com base na revisão de literatura, os algoritmos acima apresentaram os melhores resultados para a detecção de fraudes.". Mas como essa revisão não é apresentada de forma suficiente e não há qualquer discussão dos modelos, não há como o leitor saber o porquê destes serem os melhores modelos. Essa afirmação carece de fonte para ser válida.

4. Desenvolvimento:

a. Na seção 4.1:

i. O(s) autor(es) informa(m) que os dados foram coletados a partir de um questionário, mas não apresentam o questionário. É necessário que ele conste em apêndice.

ii. O(s) autor(es) informa(m) que foram coletados dados de 10 UFs. Mas não há informação se as outras 17 foram convidadas a participar da pesquisa, se a pesquisa foi feita apenas para uma amostra de UFs, como foi selecionada essa amostra, e quando foram realizadas as entrevistas (coleta das respostas dos questionários). Essas informações são importantes para determinar se os resultados obtidos por meio do questionário são válidos para todos os estados do país ou apenas para os que responderam. A validade das respostas para todos os estados é que em tese permite generalizar o modelo aqui construído para os demais estados do país.

iii. Na página 11, o(s) autor(es) afirmam(m) “as seguintes variáveis possuem alto poder preditivo nesse sentido”. No entanto, afirmar que uma variável tem alto poder preditivo, requer testes estatísticos, o que as respostas do questionário (fonte do dado), não permite dizer. Pede-se que a frase seja reformulada.

iv. Na página 12, o(s) autor(es) afirmam(m) “O estudo demonstrou, sobretudo, a relevância do tema entre os fiscos estaduais.” No entanto, não é explicado para o leitor como o(s) autor(es) chegara(m) a essa conclusão. Com base em quê? A afirmação está vaga e carece de informação para validação.

b. Na seção 4.2, nas figuras 2 a 10, sugere-se incluir rótulo dos dados, indicando o número de empresas (ou percentual, quando for o acaso) por categoria, assim como feito nas figuras 5 e 6.

c. Na seção 4.3.1, o(s) autor(es) afirmam(m) “Após análise do valor preditivo de cada atributo foram selecionados 16 numéricos e 11 binários para compor a base final.” Não entanto, estes resultados não são apresentados. É necessário apresentar, ainda que em apêndice, inclusive descrevendo quais foram os atributos selecionados. O(s) autor(es) afirmam(m) que o modelo pode ser utilizado pelas demais fazendas estaduais, sendo essa uma das contribuições do artigo. Para isso, é necessário apresentar todas as variáveis utilizadas nos modelos de treinamento.

d. Na seção 4.3.3, o(s) autor(es) afirmam(m) “Foi feita então uma análise estatística dessa nova amostra, [...]”, mas novamente os resultados não foram apresentados. É necessário apresentar, ainda que em apêndice.

e. Na seção 4.4.2, o(s) autor(es) não apresenta(m) quais foram as melhores configurações selecionadas para treinar o modelo. E dos seus modelos apresentados na tabela 2, são apresentados resultados detalhados para apenas dois, outros dois são apenas citados e dois não há qualquer menção. A seção de resultado deveria trazer uma tabela comparativa dos diferentes modelos de treinamento, para então concluir qual foi o melhor.

5. Considerações finais: os parágrafos carecem de um melhor encadeamento. Fala-se da contribuição no segundo, quarto e quinto parágrafos e nas fragilidades no terceiro.

ROUND 2

Reviewer 1 report

Date review returned: May 13, 2024

Comments to the authors:

Considerando a incorporação das alterações sugeridas anteriormente na primeira rodada de avaliação, esse avaliador considera que o autor contemplou todas as alterações sugeridas na rodada anterior. O autor apontou na introdução as contribuições e a problemática do trabalho, fortalecendo sua justificativa. Foi incluída uma seção de revisão de literatura, com relação as questões metodológicas.

Assim, o artigo atende satisfatoriamente a todos os critérios de avaliação, sem que necessite novas alterações, sendo assim, o parecer final deste avaliador é da publicação do artigo tal qual está apresentado.

Reviewer 2 report

Date review returned: May 21, 2024

Comments to the authors:

A segunda versão do artigo atende de forma satisfatória aos comentários da primeira versão. No entanto, solicita-se ainda alguns ajustes pontuais:

1. Na introdução, penúltimo parágrafo é necessário informar, além do período dos dados, a qual a UF de análise, no caso o DF.

2. Sugere-se que a subseção 2.2 seja colocada como uma seção à parte, uma vez que o seu conteúdo não pode ser enquadrado como revisão de literatura.

3.Referente à tabela 2, quais valores dos coeficientes de correlação de Pearson foram considerados altos/ baixos para a não seleção de atributos? Ou, de outra forma, quais valores dos coeficientes de Pearson determinaram a seleção dos atributos? Ainda que essa informação seja técnica e de pouco interesse para o leitor, ela é necessária, por se tratar de um estudo científico no qual os resultados devem estar ancorados em dados/fontes.

4. Por fim, foi observada a ausência de pontuação (vírgula) em algumas passagens na nova redação. Sugere-se uma revisão no texto.

PEER REVIEW REPORTS

PEER REVIEW REPORT FOR:

Santos, C. S. dos, Rodrigues, A. L., & Prado, M. M. do. (2024). A experiência da discricionariedade: um estudo com membros das carreiras de gestão. *Revista de Administração Pública*, *58*(4), e2023-0209. https://doi.org/10.1590/0034-761220230209

DISCLAIMER:

The content of the peer review report is the full copy of the reviewers' comments. Typing and punctuation errors are not edited.

REVIEWERS:

Maria Stela Reis (Ministério da Educação, Brasília / DF – Brazil)

Vera Cristina Caspari Monteiro (Fundação Getulio Vargas, São Paulo / SP – Brazil)

Cintia Rodrigues de Oliveira (Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia / MG – Brazil)

One of the reviewers did not authorize the disclosure of their identity.

ROUND 1

Reviewer 1 report

Date review returned: August 05, 2024

Comments to the authors:

Existem muitos estuds acerca das experiências vividas e condutas dos burocratas, e isso mostra que o tema assume cada vez maior relevancia. Minhas observações vão no sentido de localizar melhor o estudo do artigo e relacioná-lo com temas atuais da discussão sobre ação do burocrata. Em primeiro lugar, o artigo carece de uma especificação mais clara acerca do que sejam as carreiras de gestão, de forma a situar o leitor sobre o campo de atuação desses burocratas, já que ele distingue os burocratas de médio escalao daqueles de nível de rua. As decisões tomadas pelos burocratas de médio escalão não afetam diretamente a oferta do serviço público. Então cabe esclarecer sobre que burocratas a

pesquisa trata. Ajuda se as atribuições legais das duas carreiras citadas forem trazidas no texto. Além disso, o artigo apresenta um gradiente na classificação do comportamento do burocrata em relação à discricionariedade, que vai da não ação à ação criativa. Seria muito rico e engrandeceria a análise se o artigo trouxesse o conceito de criatividade na burocracia. Ja há literatura sobre isso.

Reviewer 2 report

Reviewer 2 did not authorize the disclosure of their review report.

Reviewer 3 report

Date review returned: September 13, 2023

Comments to the authors:

Observações:

- o conceito jurídico de discricionariedade no Brasil não deve ser sacado de um texto estrangeiro (Evans&Hupe), levando à afirmação equivocada sobre o que é discricionariedade para fins do direito administrativo nacional. Sugestão é rever a o trecho (p. 5) que, aliás, está em contradição com a transcrição de Mello (p. 20).

- a afirmação de que a discricionariedade é algo a ser evitado (p. 7) não representa a literatura sobre o tema. Sugestão de revisão da afirmação.

- a tradução de Hood (p. 8) com a palavra "culpa" não é adequada. Melhor, no contexto do trabalho, usar a tradução "responsabilidade". Isso ajuda a compreender melhor a figura da p. 21 (discricionariedade x responsabilidade (e não culpa)).

Reviewer 4 report

Reviewer 4 did not authorize the disclosure of their review report.

ROUND 2

Reviewer 1 report

Date review returned: March 25, 2024

Comments to the authors:

O artigo melhorou bastante em sua organização geral. O objetivo e os pressupostos ficaram mais claros. O tema é muito rlevante, porque a falta de discricionariedade tem levado a administração púbica a um imobilismo e aversão às inovações.

Reviewer 2 report

Reviewer 2 did not authorize the disclosure of their review report.

Reviewer 3 report

Date review returned: February 23, 2024

Comments to the authors:

A revisão do texto foi importante e requalificou o trabalho. Recomendo aceitar a publicação com prévia revisão gramatical e ortográfica. Além de revisão das citações bibliográficas. Percebi, por exemplo, que Mascini aparece ora (2020), ora (2022).

Reviewer 4 report

Reviewer 4 did not authorize the disclosure of their review report.

PEER REVIEW REPORTS

PEER REVIEW REPORT FOR:

Cordova, B. C., Santos, E. A. dos, Sallaberry, J. D., & Mendes, A. C. A. (2024). Influências do suporte técnico e dos controles gerenciais no desempenho de tarefas no teletrabalho. *Revista de Administração Pública*, *58*(4), e2023-0332. https://doi.org/10.1590/0034-761220230332

DISCLAIMER:

The content of the peer review report is the full copy of the reviewers' comments. Typing and punctuation errors are not edited.

REVIEWERS:

Sandro Trescastro Bergue (Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul, Porto Alegre / RS – Brazil)

Sabrina Oliveira de Figueiredo (Fucape Business School, Vitória / ES – Brazil)

One of the reviewers did not authorize the disclosure of their identity.

ROUND 1

Reviewer 1 report

Date review returned: January 24, 2024

Comments to the authors:

Ciente das especificações de publicação que se aplicam ao texto em particular - Fórum Perspectivas Práticas - entende-se que o texto sintetiza pesquisa bastante interessante e bem conduzida e fundamentada do ponto de vista metodológico. Aporte teórico suficiente, apesar de pouco aderente ao setor público. Poderia haver uma revisão de estudos no Brasil relativos a este tema.

A redação é clara e objetiva, destacando-se a sua correção. Aspectos de acentuação que não afetam a qualidade geral do texto podem ser aperfeiçoados em particular em relação ao uso da crase e da expressão "visa (a)" e suas variantes no curso do manuscrito. Ainda quanto a redação, verificar se na p. 4 não falta o verbo (são) em "... nesta pesquisa destacados ...".

A discussão é breve, mas focada nos pontos essenciais dos resultados da investigação. Na seção de conclusão, mesmo na seção anterior, poderiam ser mais e melhor exploradas as implicações práticas dos relevantes achados; isto considerando a natureza do Fórum.

Em suma, a despeito das considerações tecidas, o texto encerra relevante contribuição para o Campo, e, com os pequenos ajustes sugeridos está em condições de ser considerado para publicação.

De resto, cumprimentos ao(s) autor(res) e grato pela oportunidade de ler e aprender com o manuscrito.

Reviewer 2 report

Reviewer 2 did not authorize the disclosure of their review report.

Reviewer 3 report

Reviewer 3 did not authorize the disclosure of their review report.

ROUND 2

Reviewer 1 report

Date review returned: March 19, 2024

Comments to the authors:

Cumprimentos pelas alterações realizadas e pelo resultado final do texto.

Reviewer 2 report

Reviewer 2 did not authorize the disclosure of their review report.

Reviewer 3 report

Reviewer 3 did not authorize the disclosure of their review report.

PEER REVIEW REPORTS

PEER REVIEW REPORT FOR:

Cancino, V. E. C., & Yáñez, C. S. M. (2024). Evaluación de la cultura organizacional en centros públicos de salud de distinta complejidad en Chile. *Revista de Administração Pública*, *58*(4), e2023-0252. https://doi.org/10.1590/0034-761220230252

DISCLAIMER:

The content of the peer review report is the full copy of the reviewers' comments. Typing and punctuation errors are not edited.

REVIEWERS:

Ana Carolina Pimentel Duarte da Pimentel Duarte da Fonseca (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro / RJ – Brazil)

Antonio Pires Barbosa (Universidade Nove de Julho, São Paulo / SP – Brazil)

Américo da Costa Ramos Filho (Universidade Federal Fluminense, Niterói / RJ – Brazil)

One of the reviewers did not authorize the disclosure of their identity.

ROUND 1

Reviewer 1 report

Reviewer 1 did not authorize the disclosure of their review report.

Reviewer 2 report

Reviewer 2 did not authorize the disclosure of their review report.

Reviewer 3 report

Reviewer 3 did not authorize the disclosure of their review report.

Reviewer 4 report

Reviewer 4 did not authorize the disclosure of their review report.